

## **AS RURALIDADES DA METRÓPOLE**

**Evandro Noro Fernandes<sup>1</sup> - Universidade de São Paulo**

[evandronoro@yahoo.com.br](mailto:evandronoro@yahoo.com.br)

Este estudo busca levantar questões à cerca das ruralidades na metrópole paulistana. As transformações impingidas ao espaço rural nas últimas décadas têm ocasionado significativas transformações estruturais, como adensamento populacional nas cidades e esvaziamentos nas áreas rurais.

Ao longo do processo histórico brasileiro, influências urbanas sobre o rural foram determinantes no uso de recursos públicos para melhorias urbanas na tentativa de superação, colocando rural e urbano em pólos opostos, um como sinônimo de modernidade, o urbano e outro como atraso econômico, o rural, difundindo assim para além do senso comum a dominação do urbano sobre o rural, respaldado na atualidade pelas investigações acadêmicas de representação.

O meio acadêmico tem se debruçado para dar interpretações ao espaço rural e ao urbano. Noções e conceitos são propostos para abstrair a forma mais pertinente para comprovarem objetivos, valendo-se do objeto empírico de análise, criando assim um embate teórico entre correntes do pensamento, que de forma científica buscam apreender as relações materiais e históricas que caracterizam o espaço.

Muito tem sido escrito e falado do fim do rural e de uma valorização do urbano, neste sentido a metrópole paulistana apresenta-se como objeto de estudo significativo, ao proporcionar exemplos do alto índice de urbanização, com isso nega o espaço rural presente, por onde se afigura a possibilidade posta do fim do rural e urbanização totalizadora.

Nestas contradições de legislação, de parâmetros que usualmente são usados para determinar o que é rural e urbano, que nos propomos apresentar um espaço que não está presente na memória dos paulistanos e brasileiros.

São Paulo possui uma dinâmica própria, objeto de amplas discussões e contradições, pela complexidade do processo de transformação ocorrido no espaço rural/agrícola e urbano, com intensa diversificação nas formas de organização social e produtiva no decorrer das últimas décadas proporcionando pelo ascendente índice de urbanização da metrópole.

O espaço mais urbanizado constituiu a maior concentração populacional do Brasil em uma área delimitada legalmente como urbana, apresenta uma expressiva área rural e ativa em que proprietários, arrendatários e ou meeiros desenvolvem atividades agrícolas em uma paisagem contrastante ao visual turvo das construções e da agitação das pessoas e veículos.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas – UFSM – RS

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana em nível de Mestrado, sob orientação de Prof. Dr. Júlio César Suzuki. – Laboratório de Geografia Agrária USP.

A história da agricultura em São Paulo apresenta situações reais, presente nesta sociedade que transita entre o moderno e o tradicional, que convive com avanços tecnológicos, mas que não tem acesso a eles, que convivem em comunidades com mais recursos e outras desafortunadas em condições mínimas de se reproduzirem e de produzir, mas que mesmo assim perpetua a tradição e o ideal camponês frente às adversidades postas pela industrialização, abertura do mercado para o comércio internacional, pondo a margem desses processos modernizantes aqueles que produzem também os alimentos de subsistência<sup>2</sup>.

Temos assim, na metrópole paulistana, o rural e o urbano; a cidade e o campo; o agrícola e o industrial, presente em seu cotidiano, visíveis no espaço físico e perceptível nas organizações, principalmente as comerciais, caracterizando como a metrópole dos negócios.

A presente reflexão a cerca das ruralidades da metrópole abrange conceitos de rural/urbano, para a realidade presenciada nesse espaço, que a partir da produção capitalista impingiu profundas transformações em seu espaço, que reúne hoje o rural, industrial e o urbano interferindo no espaço, na história, na cultura e na sociabilidade de seu povo.

O esvaziamento presenciado no campo e a dinâmica que lhe tem atribuído impõem reflexos nas cidades, na urbanização dessas cidades. Estudos a cerca do processo de transferência de capital do campo para a cidade, especificamente da renda do café na formação da indústria paulistana, influenciando no processo de urbanização e metropolização de São Paulo, (decorrente) da acumulação mercantil cafeeira, que levou a implosão da cidade como cita Seabra (2000), onde a implosão derivada da capacidade de aglutinar processos correlatos como, empresarial, político, econômico,

“assim, na mesma medida que a cidade abrigava os circuitos de uma economia mercantil, passava também a ser um lugar da reprodução capitalista, e nos desencontros que se vai configurar a metrópole, pelo dilaceramento da cidade histórica” (SEABRA; 2000, p. 11).

No sentido da perda de identidade histórica, cultural, ou seja, da ‘destruição de um território’ vão transformando o modo de vida e configurando em novos territórios, dependentes de uma lógica capitalista, engendrada para a reprodução capitalista. Assim a industrialização de São Paulo configurou-se como um agente transformador a partir da urbanização da cidade nesse processo de desenraizamento da sociedade local.

Em estudo realizado sobre a cidade de Naupula na África Baía (2005) vai discorrer sobre as ruralidades da cidade, e cita Latouche em que vai de encontro a essa transformação do modo de vida, dos hábitos e costumes locais, quando do processo de urbanização tem como característica o crescimento populacional, “*provoca uma ruptura com a base cultural camponesa. A organização urbana, grandemente colocada num modelo transnacional, destrói o vínculo antigo com o espaço*” (BAIA; 2005, p.75).

---

<sup>2</sup> Subsistência, entendida aqui como a produção de alimentos destinados para alimentação, ou seja, mandioca, milho, batata, hortaliças, moranga, abóbora, feijão, arroz, etc.

As comunidades são transformadas com adventos associados à inovação, ao desenvolvimento e sempre valorizando as cidades, a cidade associou-se à idéia de centro de realizações, de saber, de comunicações, e por outro lado o campo tem comumente sido tratada como lugar de atraso, ignorância e limitação, compartilham desses adjetivos em suas obras autores como Williams (1990), Debord (2002).

Embora haja uma ligação estreita entre a ordem industrial e agrícola no desenvolvimento das grandes cidades, que foi a realidade inglesa retratada por Williams (1990) em “*o campo e a cidade*” também faz parte da história paulistana. Em que, a produção rural formava as bases efetivas da sociedade e que estavam associadas às atividades e ao capital, cita:

“A maioria das cidades aparentemente se desenvolveu como um aspecto da ordem agrícola: num nível mais elevado, refletindo a verdadeira ordem social como centros de finanças administração produção secundária. Surgiram então formas de interação e tensão as mais variadas e algumas cidades adquiriram certo grau de autonomia” (WILLIAMS; 1990, p. 71).

Com as transformações associadas ao campo e a cidade, influenciando essencialmente nas relações sociais decorrente desse processo de substituição, no caso brasileiro, de um modelo agrícola tradicional para o modelo industrial, as relações entre cidade e campo vão ser guiadas por uma ordem capitalista agrária altamente desenvolvida que provoca um desaparecimento do campesinato tradicional, uma acumulação, ascendente, de mão-de-obra, como destaca Singer (1977) utilizando os conceitos de Marx para a urbanização de São Paulo, de exército de reserva.

Separar o Campo da Cidade, pós-adensamento das cidades e as relações de troca que se estabelece, vai além dos conceitos de rural e de urbano, a complexidade dos espaços que metamorfoseiam não nos permite essa diferenciação de maneira tão descompromissada. As fronteiras entre esses dois mundos, hoje não mais tão uniformes, e o campo e cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações (WILLIAMS; 1990 p.387).

A problemática da definição de rural e de urbano nos dias atuais tem levado diversos estudiosos a conceitos que visão de uma forma ou de outra interpretar as diversas realidades presentes, na história do campo e das cidades brasileiras.

Os critérios político-administrativos adotados para classificação de alguns municípios e utilizados pelo IBGE<sup>3</sup> são no mínimo contraditórios em alguns casos e que por apresentar determinadas características tornam-se urbanos, em muitos casos não comportam nem os serviços básicos que população necessita. “*Não é feita qualquer referência às funções peculiares dos diferentes aglomerados que constituem em fator fundamental na diferenciação entre o espaço rural e o espaço urbano*” (MARQUES; 2002, p. 97).

---

<sup>3</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Veiga (2002) busca uma compreensão, em relação às definições legais utilizadas pelo IBGE, colocando que estas já estão ultrapassadas e não dão conta de explicar a realidade e por esses critérios a maioria dos municípios brasileiros não seriam urbanos. Classificando como urbanos municípios com uma população diminuta, em que não estão presentes os elementos básicos, mas que por definição toda sede de distrito é considerada urbana, mas poderiam ser aldeia, povoados ou vilas.

Nas considerações do autor um dos critérios mais importante, seria a densidade demográfica para diferenciar rural de urbano, e neste sentido seriam urbanos os municípios que compõem as regiões metropolitanas do Brasil. Mas se avaliarmos por esse critério há a possibilidade de mesmo nas grandes cidades haver espaços utilizados com a agricultura, como no caso de São Paulo.

Marques (2002) ao analisar as considerações de Veiga salienta que o *"rural é necessariamente territorial e não setorial como considera muitos programas governamentais"*, e ainda, *"as relações urbano/rural não mais correspondem à antiquada dicotomia entre cidade e campo"* (MARQUES; 2002 p.98).

O caráter político tem influenciado demasiadamente nas definições adotadas ultimamente. Ora usasse a base de características que diferenciam rural de urbano, como a presença de serviços, população entre outros ora a estatística administrativa tem-se demonstrado como fator determinante para classificação. Tradicionalmente tem sido empregados como critérios neste sentido para diferenciação *"discriminação a partir de um determinado patamar populacional; predominância de atividade agrícola; delimitação política-administrativa"*, (MARQUES; 2002, P. 99)

Abramovay busca um entendimento para a ruralidade nas sociedades contemporâneas baseado principalmente na literatura internacional e aponta para três aspectos *"a importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano"* (ABRAMOVAY; 2000).

A cidade de São Paulo perde espaços agricultável ano após ano, ao comparar os dados do Censo Agropecuário do IBGE, constata-se que, em 1980 havia 795 estabelecimentos<sup>4</sup> agropecuários ocupando uma área de 6.764 hectares. Passados 15 anos, quando do último levantamento de dados em 1995-1996, restaram 219 estabelecimentos com 1.975 hectares, observa-se um decréscimo de 72,45% em número de estabelecimentos e de 70,80 % em área, ou seja, restava em 1996, apenas 29,20% da área que foi ocupada com algum tipo de cultivo agrícola.

Essa é a realidade apresentada pelo IBGE e, na análise que consta das considerações preliminares do censo agropecuário de 1995-1996, fica claro, embora a relação seja para São Paulo enquanto estado, e não direcionada para capital, que em *"São Paulo, merece ser destacada a tendência já observada a certo tempo, da perda de áreas agrícolas para áreas urbanas, para áreas de recreio"*

---

<sup>4</sup> Descrição do IBGE para Estabelecimento *"Considera-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), (...) onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: cultivo de culturas permanentes e temporárias (...). Excluíram-se da investigação os quintais de residências e hortas domésticas"*.

*rural, para grandes represas hidroelétricas e para estradas e outras obras de infra-estrutura” (IBGE; 1995/96, p. 31).*

Fato esse presenciado nas atuais discussões da construção do Rodoanel sul, via de acesso, circundante a metrópole, e que tem como um dos objetivos desviar o fluxo de veículos, principalmente os veículos pesados, que vem do interior do estado, ou de outros estados em direção ao litoral.

Observa-se uma alteração na própria disposição dos tipos de estabelecimentos enquanto proprietários de terras. No levantamento de 1980, estava relacionado: terras de condomínio, sociedades anônimas, entidades públicas, religiosas, cooperativas e entidades sem declaração. Já no Censo de 1995-1996 esse tipo de denominação já não é mais apresentado.

CONDIÇÃO do PRODUTOR								
Ano	1980				1995-1996			
	Estabelecimento	%	Área	%	Estabelecimento	%	Área	%
Proprietário	406	51,06	4942	73,08	151	68,95	1409	71,38
Arrendatário	275	34,59	1076	15,91	58	26,48	432	21,88
Ocupantes	102	12,83	661	9,77	9	4,11	131	6,63
Parceiro	12	1,52	83	1,23	1	0,46	2	0,10
<b>Total</b>	<b>795</b>	<b>100</b>	<b>6762</b>	<b>100</b>	<b>219</b>	<b>100</b>	<b>1974</b>	<b>100</b>

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE

Através dos dados de IBGE percebe-se que houve uma significativa alteração na condição do produtor em relação à queda no número de estabelecimentos arrendados e utilizados por ocupantes, no ano de 1980 os estabelecimentos utilizados nessa categoria era de 34,59%, já no último Censo apenas 21,88% dos estabelecimentos pesquisados estavam sendo arrendados, enquanto os estabelecimentos utilizados por ocupantes tiveram uma redução de 8,72% no total geral do levantamento, isso significa uma redução de mais de 90% nesta condição de produtor, a mais significativa redução. Ficou evidenciada a concentração de área em um número menor de estabelecimentos em todas as condições de produtor, uma vez que, a redução de área não acompanhou a mesma proporção do decréscimo de estabelecimentos e, no caso da condição de arrendatário, até concentrou mais.

Na condição de proprietário percebe-se uma maior concentração nesta condição no último Censo em relação ao de 1980, passando de 51,06% para 68,95%, mesmo havendo aí um decréscimo na área dessas propriedades de aproximadamente 1,70 %, ou seja, quase não se alterou essa variável.

O cultivo de horticultura e floricultura são ainda as atividades mais representativas no universo agrícola do município, e utilizando-se da maior área com cultivo agrícola, essa é uma tendência que se mantém anteriormente a década de 80. Enfatiza-se o crescente cultivo de plantas ornamentais, principalmente de tuias ou viveiros e estufas de espécies variadas.

A década de 1980 foi marcada na agricultura paulistana pelo fechamento da Cooperativa Agrícola de Cotia, e que teve influência direta na estrutura produtiva da região, uma vez que essa Cooperativa prestava assistência técnica aos agricultores, bem como servia de ponto de recepção para a produção agrícola de seus associados.

Os dados gerais do IBGE nos possibilitam auferir que, em 1980, havia próximo de 60% da área destinada a agricultura com lavouras temporárias e ou permanentes, já em 1995-1996 essa área cai para aproximadamente 35%. Isso não significa que houve um aumento de terras improdutivas e ou utilizadas com outras atividades, e sim um aumento de áreas ociosas.

Quanto ao pessoal ocupado, os dados do IBGE não possibilitam uma avaliação mais detalhada, por serem demasiadamente genéricos, assim, em termos gerais no Censo de 1980, nos 795 estabelecimentos congregavam 3.991 pessoas ocupadas, dessas 1.739 estavam ocupadas em propriedades que variavam de 5 a 10 hectares, extrato esse de estabelecimentos que predominantemente se ocupam de atividades de horticultura. No levantamento do Censo Agropecuário de 1995-1996 nos 219 estabelecimentos foi constatada a ocupação de 1.366 pessoas. A partir daí é perceptível que mesmo com a acentuada redução no número de estabelecimentos agropecuários produtivos e no número de pessoas ocupadas, esse último ainda representa uma queda menor, demonstrando que atividade agrícola na pequena e média propriedade é capaz ainda que descartando os fatores externo, como citados por agricultores da região de manter os empregos rurais.

No levantamento do IBGE de 1995-1996 foi enfatizado o alto índice de trabalho familiar, com uma representatividade próxima dos 50% do extrato total, num número de 573 pessoas. Nos levantamentos realizados pelas Subprefeituras da zona sul e leste a presença do trabalho familiar chega aos 80%.

Hoje, as principais áreas de agricultura estão localizadas na porção norte do município, no extremo leste e na zona sul, área compreendida principalmente pela bacia hidrográfica do Capivari-monos e parte das bacias Guarapiranga e Billings, *“região de enorme importância ambiental, concentrando os mais expressivos remanescentes de Mata Atlântica da região metropolitana de São Paulo”*, essas área vêm sendo cada vez mais tomadas pela expansão urbana, e, em conseqüência ocorre uma acentuada queda das atividades agrícolas (Diagnóstico da agricultura na Zona Rural Sul Paulistana, s.d., pg 10).

No extremo leste, área administrativa da Subprefeitura de São Mateus que possui uma área de 13 Km<sup>2</sup>, composta por um conjunto de bairros periféricos, com acentuado grau de carência em infraestrutura urbana, o processo de expansão urbana é mais recente do que o restante das demais regiões da metrópole, intensificado a partir da década de 70, com a melhoria do sistema viário.

Essa região do distrito de São Mateus é caracterizada por apresentar terras públicas não edificadas, favorecendo o alto índice de ocupações irregulares, o que tem se configurado em grandes problemas ambientais, pois a região é rica em nascentes, tais ocupações, ainda, restringem a área própria para agricultura: “os terrenos, os espaços ociosos, cumprem uma outra função que não a do cultivo agrícola, e sim de reserva para especulação imobiliária”. Como tem acontecido com antigos agricultores que acabam sendo obrigados a abandonar a produção agrícola em função do embate da produção agrícola com a produção do espaço urbano.

“A maioria dos agricultores visitados e pesquisados nesta região esta desenvolvendo atividades agrícolas em terrenos cedidos, no caso e na maior parte sob os linhões da Eletropaulo (...). A segunda parcela mais representativa é dos proprietários dos estabelecimentos, estes por sua vez são os que detêm as melhores condições técnicas e de infra-estrutura, são agricultores que estão estabelecidos a anos na atividade agrícola e com a produção direcionada ao mercado” (FERNANDES; 2004, p. 15).

Por se tratar de uma região densamente urbanizada, as propriedades rurais são diminutas e apresentam uma certa precariedade na produção, são famílias que cultivam terras públicas em espaços não edificadas. As maiores áreas são prioritariamente cultivadas pelos seus proprietários, “*trata-se de uma agricultura estabilizada e mecanizada*”, a renda média familiar na região de São Mateus, zona leste, é de aproximadamente 1 a 2 salários para as famílias envolvidas com a agricultura, o que para essa região com altas taxas de desigualdades sociais, uso irregular do solo, baixa taxa de escolaridade e onde as pessoas vivem do subemprego e sofrem de um desemprego crônico essa renda é sigüinificativa e merece atenção (FERNANDES, 2004, p. 17).

A agricultura na zona sul que compreende as áreas das subprefeituras de Parelheiros e Capela do Socorro, abrangendo 25.000 hectares, protegida pela legislação estadual de proteção dos mananciais, ocupando a bacia hidrográfica do Capivari-Monos e parte das bacias Guarapiranga e Billings, ocorre em uma área com loteamentos irregulares e precários, predominantemente rural (Atlas Ambiental, 2002).

As áreas agrícolas diagnosticadas pela casa da agricultura ecológica<sup>5</sup> estão concentradas nos bairros de Gramado e Ponte Alta, onde estão as terras mais planas, nas bordas da Cratera da Colônia<sup>6</sup>, em torno da planície aluvial e também na Barragem Billings. Observa-se, nestas localidades, uma

---

<sup>5</sup> Casa de Agricultura Ecológica "José Umberto Macedo Siqueira" foi criada em 2004 com objetivo de dar assistência aos agricultores da região, apoiando a produção, a organização dos agricultores e a comercialização dos produtos. Funciona também como sede do conselho gestor da área de proteção ambiental (APA) Capivari-Monos. (Informação extraída do sítio [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br), no dia 26/06/2004). A orientação técnica aos agricultores é oferecida gratuitamente em cursos quinzenais de temática variada, tais como: controle natural de pragas, compotas, geleias, compostagem entre outros.(Esses cursos estão acontecendo regularmente). A Casa de Agricultura Ecológica “José Umberto Macedo Siqueira” leva esse nome em homenagem ao agricultor da região de Marsilac, que por muitos anos lutou pela viabilização de um centro de apoio para as atividades agrícolas da zona sul, e de seus esforços resultaram a criação da casa da Agricultura ecológica. Ele faleceu em maio de 2004.

<sup>6</sup> Conhecida, assim, por se situar na antiga estrada da colônia, que leva o nome de Cratera Vargem Grande por se situar no bairro de mesmo nome na zona sul de São Paulo, Cratera, pois foi alvo de um choque provavelmente a mais ou menos 36 milhões de anos atrás de um corpo celeste, essa cratera com 3,6 quilômetros de diâmetro abriga a região mais densamente povoada do Brasil, e também onde se encontram nos arredores um significativo número de propriedades rurais.

exploração agrícola de maior escala, pois, além da horticultura, há floricultura com maior representatividade em termos financeiros, bem como as culturas anuais como milho e feijão.

A agricultura é predominantemente praticada pelos próprios proprietários da terra, representando 85% de um extrato de 146 entrevistados, disponível para análise nas subprefeituras da zona sul, e estão concentrados entre 2,0 e 9,9 hectares, representando 56% das propriedades em faixas de áreas entre menos de 1,0 e 100,0 hectares e é realizada preferencialmente pelo trabalho familiar, num expoente acima dos 80%. Famílias estas representadas por descendentes de japoneses, alemães, italianos, portugueses e demais imigrantes, internos ou externos ao Brasil, descendentes estes que encontram-se hoje na 3ª ou 4ª geração, configurando aí a hereditariedade da terra. Com isso é visível o problema do envelhecimento da população rural nessas áreas o que tem acarretando um abandono à atividade agrícola, por outro lado encontra-se entre os arrendatários a necessidade por uma parcela maior de terras para o cultivo e uma busca por mão-de-obra.

Embora o trabalho seja predominantemente familiar, a agricultura na zona sul é eficaz no que tange ao uso da força de trabalho de terceiros, mantendo um nível acima da média de postos de trabalho se considerarmos e compararmos com as atividades prestadoras de serviço ou industrial para empresas com rendimentos semelhantes.

Assim, está presente o rural como parte constituinte da metrópole paulistana, apresentando ruralidades específicas ao espaço que está inserido com particularidades e dinâmicas que lhe confere um diferencial em relação a outras áreas agrícolas do país, que foi acomodando transformações para manter-se e superar as adversidades impostas pela urbanização de São Paulo.

### Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ALENTEJANO, P. R. **O que há de novo no rural brasileiro?** *Terra Livre*. São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

DEBORD, G. **A sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERNANDES, E. N. **Agricultura na Metrópole Paulistana**. Monografia (Especialização em análise Ambiental) – Instituto de Geociências, universidade Federal do Paraná, 2004.

GT – AGRICULTURA: **Diagnóstico da Agricultura na Zona Rural Sul Paulistano (Apa do Capivari Monos)**, Prefeitura Municipal de São Paulo 2000.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Senso Agropecuário, 1980; 1996.

MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. *Terra Livre*. São Paulo n. 19, p. 95-112, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Atlas Ambiental do Município de São Paulo**, Relatório Final, 2002.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade. São Paulo**: Companhia das Letras, 1990.